

## A CONDIÇÃO SOCIOESPACIAL DO/NO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA EM TEMPOS DE PANDEMIA

**EDILSON DA SILVA PORTO NETO**

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (ProPGeo – UECE)<sup>1</sup>  
edilson.neto@aluno.uece.br

**WAGNER VINICIUS AMORIN**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (ProPGeo – UECE)<sup>1</sup>  
wagner.amorin@uece.br

**RESUMO:** A pandemia provocada pelo Novo Coronavírus que se manifestou em nível planetário gerou numerosos problemas sanitários, políticos, econômicos e, principalmente, sociais. Diante disso, muitos esforços vêm sendo empreendidos para desacelerar os casos de infecção pelos países e cidades, impactando diretamente na presença física dos cidadãos nos espaços públicos e nas áreas centrais. O artigo tem como objetivo analisar os usos, as percepções, os sentimentos e as motivações das pessoas que frequentam o centro histórico de Fortaleza, capital do estado do Ceará, durante o contexto pandêmico. Foram aplicadas 100 (cem) enquetes em cinco praças consideradas históricas do centro da cidade, a saber: a Praça do Ferreira, a Praça dos Leões, a Praça José de Alencar, a Praça Coração de Jesus e mediações do Passeio Público. A partir dos dados coletados em campo, buscou-se compreender quais as relações, os vínculos afetivos e históricos-identitários e as percepções desses respondentes com relação ao centro histórico e os impactos evidenciados em seus percursos e experiência socioespacial urbana em tempos de pandemia, especialmente em dias que antecederam o segundo *lockdown* no estado do Ceará.

**Palavras-chave:** Centro histórico de Fortaleza; Pandemia; Espaços públicos; Experiência urbana; *Lockdown*.

## THE SOCIO-SPATIAL CONDITION OF/IN THE HISTORIC CENTER OF FORTALEZA IN TIMES OF PANDEMIC

**ABSTRACT:** The pandemic caused by the New Corona virus that has manifested itself on a planetary level has generated numerous health, political, economic and, above all, social problems. In view of this, many efforts have been undertaken to slow down the cases of infection across countries and cities, directly impacting the physical presence of city dwellers in public spaces and central areas. The article aims to analyze the uses, perceptions, feelings and motivations of people who frequent the historic center of Fortaleza, capital of the state of Ceará, during the pandemic context. One hundred (100) surveys were applied in five squares considered historic in the city center, namely: Praça do Ferreira, Praça dos Leões, Praça José de Alencar, Praça Coração de Jesus and mediations of the Passeio Público. From the data collected in the field, we sought to understand the relationships, affective and historical-identity bonds and perceptions of these respondents in relation to the historic center and the impacts evidenced in their paths and urban socio-spatial experience in times of pandemic, especially in days leading up to the second lockdown in the state of Ceará.

**Keywords:** Historic center of Fortaleza; Pandemic; Public spaces; Urban experience; Lockdown.

## LA CONDICIÓN SOCIOESPACIAL EN EL CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA EN TIEMPOS DE PANDEMIA

**RESUMEN:** La pandemia provocada por el Nuevo Corona virus que se ha manifestado a nivel planetario ha generado numerosos problemas sanitarios, políticos, económicos y sobre todo sociales. Ante esto, se han realizado muchos esfuerzos para frenar los casos de contagio entre países y ciudades, impactando directamente en la presencia física de los ciudadanos en espacios públicos y áreas centrales. El artículo tiene como objetivo analizar los usos, percepciones, sentimientos y motivaciones de las personas que frecuentan el centro histórico de Fortaleza, capital del estado de Ceará, durante el contexto de la pandemia. Se aplicaron cien (100) encuestas en cinco plazas consideradas históricas en el centro de la ciudad, a saber: Praça do Ferreira, Praça dos Leões, Praça José de Alencar, Praça Coração de Jesus y mediaciones del Passeio Público. A partir de los datos recolectados en campo, buscamos comprender las relaciones, vínculos afectivos e histórico-identitarios y las percepciones de estos encuestados en relación al centro histórico y los impactos evidenciados en sus recorridos y vivencia socioespacial urbana en tiempos de pandemia, especialmente en los días previos al segundo cierre en el estado del Ceará.

**Palabras-clave:** Centro histórico de Fortaleza; Pandemia; Espacios públicos; Experiencia urbana; Aislamiento rígido.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Itaperi, 60714-903, Fortaleza, CE, Brasil.

## INTRODUÇÃO

O advento da pandemia do novo coronavírus penetrou as mais variadas instâncias das interações humanas e sociabilidades urbanas, atingindo direta e principalmente as atividades econômicas e culturais, alterando subitamente hábitos e práticas espaciais nas pequenas, médias e grandes cidades. A partir do início do ano 2020, o mundo teve que se adaptar com as novas condições deste contexto atípico e as normas societais que vieram posteriormente, em respeito aos protocolos sanitários regulamentados pelos governos com vistas a conter a doença gradualmente através, sobretudo, da conscientização da sociedade naquele momento. Neste artigo investiga-se que tipos de impactos e efeitos negativos a pandemia da Covid-19 ocasionou sobre a área central da metrópole de Fortaleza, capital do estado do Ceará durante os dias de distanciamento social rígido.

Em observância aos decretos que foram formulados e publicados pelo governador do Estado do Ceará, o município de Fortaleza entrou em situação de emergência de saúde por conta da doença contagiosa do COVID-19. Nesses termos, autoridades e respectivos órgãos competentes estaduais, como o próprio Estado, a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA), a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) fiscalizaram as chamadas atividades econômicas e comportamentais para que obedecessem às normas sanitárias previstas em decretos.

Muitos estabelecimentos comerciais, restaurantes, bares, comércios de rua, pousadas hotéis, setor de serviços etc. tiveram que se readequar às medidas estabelecidas nos novos decretos expedidos pelo governo do Estado. Para os propósitos deste artigo daremos especial atenção aos decretos nº 33.955, de 26 de fevereiro de 2021, e o de nº 33.955, de 04 de março de 2021, justamente pelo fato do nosso trabalho empírico ter sido realizado no período em que esses documentos oficiais passaram a vigorar em todo o estado, entre os dias 2 e 8 de março de 2021.

Os decretos de distanciamento social efetivados pelos gestores foram mais que necessários para a contenção da doença em todo o território cearense, evitando, assim, aglomerações de pessoas em espaços públicos e mesmo em recintos privados. Os decretos estaduais utilizaram-se dos dados técnicos e científicos, além de relatórios e recomendações emitidas pelas Secretarias Estadual e Municipal de Saúde para o enfrentamento dos problemas sanitários oriundos da pandemia do Covid-19.

Segundo a própria redação do Decreto 33.955, de 26 de fevereiro de 2021, no seu artigo 6º:

Fica estabelecido “toque de recolher” no Estado do Ceará, ficando proibida, nos dias da semana, das 20h às 5h, e aos sábados e domingos, das 19h às 5h, a circulação de pessoas em ruas e espaços públicos, salvo em função de serviços de entrega, em razão de deslocamentos a aeroporto ou rodoviária para viagens, para descolamentos a atividades previstas no § 1º, do art. 5º, deste Decreto, ou em razão do exercício da advocacia ou funções essenciais à Justiça na defesa da liberdade individual, ficando o responsável sujeito às sanções do art. 11, deste Decreto, em caso de descumprimento. (DECRETO Nº 33.955, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021).

Tal imposição foi um dos meios possíveis para o controle do contágio da doença, porém houve impactos negativos quanto aos usos dos lugares, dos espaços públicos, de praças e, num nível mais abrangente, do direito de ir e vir das pessoas. Percebe-se que as novas regras, por exemplo, de adoção do trabalho remoto em instituições públicas e em empresas foi uma das mudanças desse contexto pandêmico às quais muitos tiveram que se adaptar, entretanto, os efeitos dos decretos de distanciamento social rígido atingiram a economia, o comércio, os serviços, e as práticas espaciais de um modo contundente, especialmente durante o período do chamado *lockdown*.

Em 4 de março de 2021, o governador do estado do Ceará voltou a instituir o distanciamento social rígido através do Decreto 33.965, segundo o qual apenas os serviços essenciais puderam funcionar. Essa decisão teve como fundamento o aumento expressivo do número de contaminados por Covid-19 nos últimos meses que antecedeu o decreto, principalmente pela sobrecarga de ocupação nos leitos em UTI's nos hospitais da rede de saúde pública. Os serviços essenciais são aqueles referentes ao funcionamento regular de hospitais, indústrias, postos de combustíveis, de supermercados e congêneres, de laboratórios de análises clínicas, dentre outros estabelecimentos que são de vital importância para a população.

Essa conjuntura afetou diretamente a esfera do cotidiano, das relações humanas e produtivas, dos espaços de vida e, sobretudo, na construção da ideia cunhada de “novo normal”. Pelo fato do fenômeno pandêmico interferir e influir diretamente nas relações de proximidade e de alteridade dos sujeitos, conferimos a este um caráter essencialmente geográfico. Santos (2020, p. 321) compreende o cotidiano como a quinta dimensão do espaço:

Com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo em que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos.

Portanto, a pandemia se instalou mais incisivamente na vida cotidiana dos habitantes da cidade, porque, segundo Lemos e Pires (2021):

A vida cotidiana é o mundo da experiência, a relação entre o indivíduo e a sociedade. É a relação existente entre as estruturas sociais e as biografias dos indivíduos. É uma construção social que se realiza em si mesma. Assim, pelas nossas ações cotidianas, construímos, mantemos e reconstruímos as definições, as funções e as motivações que conformam nossos atos. O agir da vida cotidiana possui um tempo e um espaço próprio, já que a localização das atividades costumeiras gira ao redor das coordenadas espaciais do lar, do trabalho, da família, da vizinhança e das outras atividades que se realizam no dia. (LEMOS; PIRES, 2021, p. 36-37)

E outra: o problema em pauta transformou radicalmente as maneiras de ver e de conceber os lugares, restringindo-nos de acessá-los e de consumi-los por conta do alto risco de contaminação que estes mesmos espaços públicos podiam oferecer. Em razão disso, as consequências negativas se apresentam na constituição de uma dinâmica socioespacial distinta daquela regida pela normalidade, uma dinâmica produzida a partir de condições socioespaciais adversas.

Em meio a uma crise sanitária, política, financeira, cultura e social, que vai do global ao local, e do local ao global, o fechamento de grande parte das atividades econômicas presenciais foi um dos sintomas de uma lógica até então pouco conhecida neste século, fruto da crise sanitária global do Novo Corona Vírus.

Considerando a importância da dimensão temporal e da periodização do tempo na análise geográfica, entendemos ser de suma importância a perspectiva temporal para a abordagem da pandemia. Sob a perspectiva de Santos (2014, p. 92), cada período histórico é composto por uma organização social, histórica, econômica, cultural e espacial própria, no qual esta organização socioespacial detém coisas, objetos naturais e artificiais, estruturas e ações que lhe são característicos e que pertencem a um recorte espaço-temporal específico. A partir deste entendimento, ele nos anuncia o seguinte:

Tempo é espaço, e espaço é tempo. Para serem trabalhados em conjunto e de forma concreta, têm que ser empiricizados, e tal empiricização é impossível sem a periodização. É pelo significado particular, específico, de cada segmento do tempo que que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento. O que vale hoje uma rede de irrigação construída no século passado, ou que

significa uma estrada vicinal? Ambas podem ter a mesma realidade aparente, ontem e hoje, mas não a mesma significação, que mudou, pelo fato de que têm outro papel na economia e na sociedade. Isso, aliás, é válido para qualquer que seja o objeto de que estamos tratando (SANTOS, 2014, p. 92).

Para os propósitos deste artigo focalizaremos nossa atenção em três períodos que estão compreendidos em: cenários pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico. O cenário pré-pandêmico é aquele anterior ao conhecimento e à chegada do Novo Corona Vírus e de suas consequências globais. Nesse cenário, o fato de andar nas ruas, de caminhar, de estar perto de alguém, de realizar encontros em bares, restaurantes e outros pontos comerciais abertos, faziam parte das práticas comuns e cotidianas, e não representavam nenhum risco individual ou coletivo à saúde humana.

Durante a fase do contexto totalmente atípico de pandemia, o fenômeno em questão exigiu medidas sociais em conformidade com normas decretadas pelos poderes públicos estaduais e municipais para combater um inimigo biológico – um vírus de alta letalidade.

Historicamente, a humanidade já foi alvo de inúmeras pandemias, porém, é importante ressaltar que a pandemia da Covid-19 é característica de seu tempo, da pós-modernidade. Cada pandemia descortinou e amplificou as fragilidades dos países ditos periféricos e semiperiféricos quanto aos índices de empobrecimento, de desigualdades sociais alarmantes e de taxas exorbitantes de desemprego. Como sabemos, a pandemia não asfixia somente a rede hospitalar e de saúde, mas compromete e estrangula também todas as redes de relações sociais, como as redes de circulação de um modo geral. Evidentemente, as camadas e classes sociais que são mais atingidas são as que possuem menos recursos, bens e serviços precários, zonas da cidade que são classificadas como áreas de risco e de vulnerabilidade social. Conforme afirma Silva (2021, p. 39), a partir de Oliveira (2020) e de Arrais *et al.* (2020):

[...] a covid-19 têm evidenciado a gravidade das desigualdades socioespaciais no Brasil, já que as taxas de mortalidade, letalidade, incidência e prevalência da doença tendem a ser mais elevada nas regiões mais pobres, nas quais se concentram os grupos sociais mais vulneráveis (OLIVEIRA, 2020). Isso evidencia que a doença não atinge a todas as pessoas nem a todos os lugares com a mesma velocidade e intensidade (ARRAIS *et al.*, 2020). (SILVA, 2021, p. 39)

O pós-pandemia é uma projeção temporal proposta a partir do avanço da vacinação em massa da população. É um vir-a-ser ou dever, tendo em vista a total superação da atual pandemia. Um imaginário que nutre esperanças para quem trabalha arduamente na erradicação da Covid-19 no século XXI. O “novo normal” será a enunciação de tempos vindouros com a conscientização e a absorção de aprendizados e experiências acumulados no contexto pandêmico<sup>2</sup>.

Nos próximos tópicos, desenvolveremos a reflexão em torno ao nosso objeto de investigação, mais precisamente o centro histórico de Fortaleza e toda sua diversidade de objetos, de equipamentos culturais, de praças antigas, de riquezas de elementos arquitetônicos e monumentais, incluindo as ações dos agentes transformadores desse espaço ao longo do tempo estrito de pandemia, buscando responder a seguinte questão central explorada nesse artigo: no tocante às percepções e às práticas espaciais realizadas no centro histórico de Fortaleza, o que mudou com o advento do contexto pandêmico?

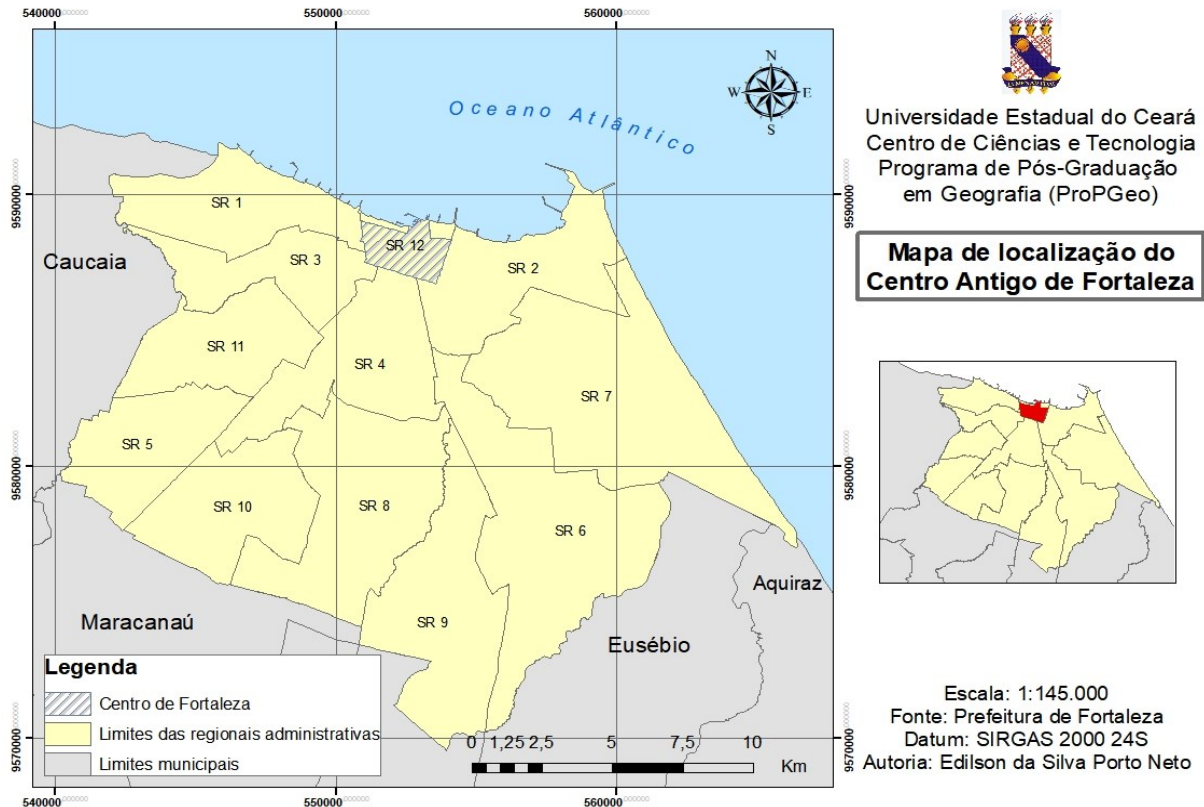
O centro de Fortaleza está localizado na Secretaria Regional (SR) 12, juntamente com o bairro Moura Brasil e a Praia de Iracema, conforme a última divisão regional administrativa da Prefeitura de Fortaleza. A Lei Complementar nº 278, de 23 de dezembro de 2019 instituiu a nova divisão das regionais em 39 territórios. Segundo o parágrafo primeiro do artigo 92-E

<sup>2</sup> Por exemplo, o ato de usar máscara, de higienizar as mãos com álcool em gel e de respeitar o distanciamento mínimo de 1,5m são algumas das tendências comportamentais que demarcaram o contexto pandêmico.

desta mesma lei complementar, “as regiões administrativas a que se refere o caput deste artigo são compostas de Territórios, conjuntos de bairros agregados por afinidade socioeconômica e cultural [...]” (Lei Complementar, nº 278, de 23 de dezembro de 2019)

A seguir, a Figura 1 representa o mapa de localização do centro histórico de Fortaleza dentro do Território 1, constituído pelas localidades do Centro, Moura Brasil e Praia de Iracema:

Figura 1 - Mapa de localização do centro de Fortaleza



Fonte: acervo dos autores.

## O EMUDECIMENTO DO CENTRO

Como recentemente escreveu Ana Fani Alessandri Carlos (2020), a pandemia da Covid-19 acentuou a desigualdade social, a qual já era aguda em face da distribuição e do acesso desigual às políticas públicas, cada vez mais combatidas por um governo autoritário e que mantém como pilar de sustentação um modelo essencialmente neoliberal para cumprir com as demandas de um capitalismo que necessita cada vez mais de uma base social mais robusta para se reproduzir e, assim, aumentar a taxa de lucros e de acumulação de capital. Para a autora, o panorama pandêmico torna ainda mais visível a crise social urbana através da qual se realiza o predomínio do chamado “inumano”, ou seja, a perda e o ataque voraz aos direitos humanos e às condições de sobrevivência em tempos tão críticos, do ponto de vista social e sanitário, tempos em que a condição humana passa a ocupar um papel secundário numa sociedade individualista que preza, prioritariamente, pela lógica do individualismo e do consumismo.

Carlos (2020) também aponta uma nova relação casa-cidade que vigorou no cotidiano pandêmico. Trata-se da concentração de atividades que a casa ou o espaço privado desempenharam, submetidos totalmente aos domínios e desígnios da produção. Com o distanciamento social no contexto pandêmico, para uma parcela da sociedade que tem a

possibilidade de aderir ao trabalho remoto, o ambiente da casa passou a ser entendido para além de lócus da reprodução social, mas também como lugar da produção do capital. Por outro lado, grupos que pertencem às classes sociais mais empobrecidas, dependentes do trabalho precário fora de casa, ficaram desamparados e impedidos de prover seus meios de subsistência e de suas famílias, por conta dos decretos públicos de distanciamento social rígido. É neste sentido que Carlos (2020, p. 14) afirma que “ao ser destituído da totalidade urbana, o indivíduo dela se perde e a prática socioespacial segregada repõe, constantemente, a negação do humano e da cidade”. É crível que as medidas de distanciamento social podem culminar em uma série de prejuízos colaterais para as camadas sociais mais desassistidas e mais empobrecidas. O “novo normal” do distanciamento social se, por um lado, corrói a sociabilidade daqueles que têm condições econômicas da manutenção digna da própria vida, da reprodução social e do consumo na urbanidade, por outro lado, para aqueles desprovidos de auxílios emergenciais, ou providos parcial e insuficientemente, são postos à míngua, em uma condição inumana de luta pela provisão do próprio e mínimo sustento, para poderem continuar existindo.

O tempo da pandemia concorre com o tempo da acumulação capitalista, inflamando todo tipo de contradição na dinâmica social urbana. Trabalhadores das atividades ditas “essenciais” se viram impelidos a saírem de suas casas, mesmo diante da quarentena, a fim de garantir condições indispensáveis à reprodução de sua vida e a de seus familiares. A pandemia e a necessária implementação de medidas normativas restringiram ou obstaculizaram o movimento e a dinâmica socioespacial urbana em seu pleno exercício. Os decretos de distanciamento social colidiram com a essência do conteúdo urbano. O sentido de presença, de pertencimento, de contato, de identidade, de vizinhança, de encontro, só se reafirma e se confirma através de uma realidade conformada no plano da normalidade. A pandemia, por seu turno, desestruturou profundamente tais relações, remodelou as estruturas socioeconômicas e socioespaciais, solicitou adaptações de todo tipo.

A respeito da proximidade, das relações, do encontro e dos contatos, Santos (2020, p. 26) afirma que:

A proximidade, a vizinhança e o convívio estão no inventário das riquezas do modo de vida urbano, o qual geógrafos, demógrafos e estatísticos não raramente vinculam à noção de aglomeração. Estão aí a fortuna e a potência de uma solidariedade involuntária, a partir da qual os diferentes se encontram, os contrários se tocam, os trabalhos se completam e a vida se compartilha.

Essa “desestruturação” alterou também a cidade do ponto de vista relacional, atingindo a vida cotidiana, ao desautorizar contatos, encontros e reuniões que promovessem aglomerações, de modo que a ausência se manifestou face à materialidade, às obras e aos produtos. É previsível que esses espaços, que outrora serviam de lugares de fruição, estiveram vulneráveis e desprotegidos, isentos de apropriações que lhes animam e davam vida. O interesse em cuidar do patrimônio público e em estar em espaços desta titularidade esvaiu-se em função do medo de se contaminar e contrair a nova variante do coronavírus, especialmente durante a fase da segunda onda de sua difusão espacial.

Na perspectiva da Geografia da Percepção, Tuan (1980) faz uso de dois conceitos que podem iluminar nossa discussão em matéria dos significantes e significados que os lugares trazem em seu bojo, podendo se constituir ora como topofílicos, ora como topofóbicos. O conceito de topofilia corresponde à formação de experiências positivas e prazerosas do/no espaço vivido, enquanto a topofobia é o estranhamento e a aversão a certos lugares que remontam a situações de medo, de fobia, da construção de uma imagem depreciativa a um dado espaço. Seguindo nessa linha, a pandemia é mais um tônico que criou e recriou espaços ditos topofóbicos, justamente pela força corrosiva das impressões coletivas e da dimensão simbólica que acaba por erodir-se com aceleração contemporânea, reforçada que foi no contexto pandêmico. Testemunhamos a mudança e a passagem de ambientes topofílicos para uma denominação nova de paisagens do medo (TUAN, 2005), em que o medo de transitar pela cidade se justifica pelo medo de ser contaminado por uma doença específica causada pelo Sars-

CoV-2, uma espécie de coronavírus que se proliferou rapidamente pelo mundo, e, em 2021, pela disseminação de suas variantes bem mais resistentes e contagiosas que a primeira cepa registrada em 2020.

Na Figura 2, podemos visualizar o “silenciamento” e o “emudecimento” do centro de Fortaleza em tempos de pandemia. Note-se que os espaços se tornaram repelentes da presença humana. Durante as semanas de *lockdown* assistimos ao “apassivamento do espaço urbano”, que, em seu estado de normalidade era tão pujante e concentrador de atividades econômicas, sociais, culturais e de presença humana. A passividade do urbano externaliza suas consequências últimas sob formas visíveis de esvaziamento e de obstruções de relações que constituem a totalidade urbana.

Figura 2 - O centro de Fortaleza em *lockdown*



Fonte: acervo dos autores.

A foto em ênfase foi tirada na mesma data do início de vigência do chamado “*lockdown*”, uma medida de distanciamento social mais rígida e restritiva. Esse registro foi capturado na manhã do dia 05 de março de 2021, numa sexta-feira. Observe, através da imagem, que há uma inexpressiva ou quase inexistente circulação de agentes sociais, o comércio com suas portas fechadas, as ruas já não recebem o trânsito similar de cidadãos em comparação aos tempos pretéritos, as edificações e prédios antigos desgastados em suas fachadas sem a guarda, a vigilância e a segurança precisos contra violações e depredações iminentes em sua estrutura etc.

De acordo com o portal G1 Ceará, no dia 08 de março de 2021, foi publicizada a seguinte notícia: “Incêndio atinge lojas de edifício comercial no Centro de Fortaleza”. O edifício em referência é o shopping Centro da Moda, localizado na rua Castro e Silva, no centro de Fortaleza, nas proximidades do Mercado Central e da Catedral Metropolitana. Duas lojas de roupas foram atingidas pelo fogo, todavia “não foi repassado o prejuízo material do incêndio, ou se as chamas prejudicaram outras lojas”. O mais instigante nesse fato foi o momento do registro, no decorrer da noite do dia 08, três dias após o decreto do *lockdown* ter entrado em vigor na cidade.

O par aberto-fechado característico da pandemia é algo a ser tensionado, haja vista que no centro os objetos, as obras, os patrimônios arquitetônicos e o espaço público propriamente dito ficaram totalmente abertos e vulneráveis ante a tentativas de destruição de seu conjunto arquitetônico-urbanístico, por outro lado, o fechado preconizou a estagnação da dinâmica social e econômica na área central da cidade.

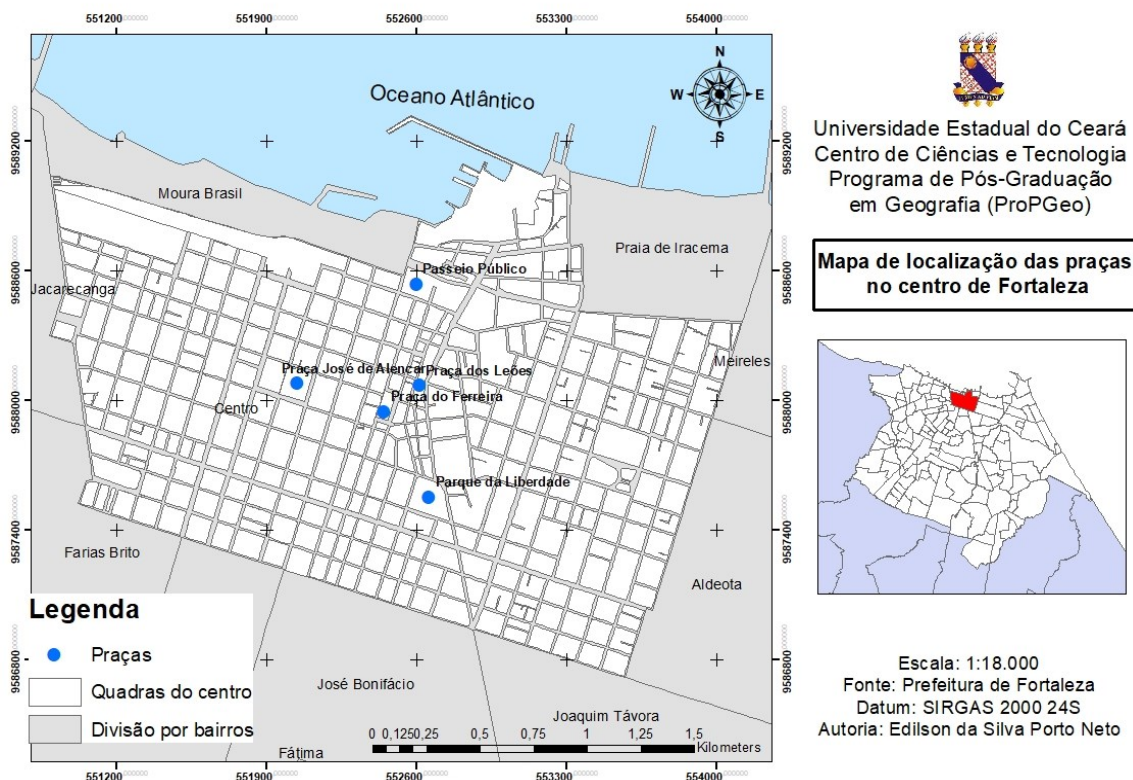
## METODOLOGIA

Para analisar a problemática em tela, recorreremos à perspectiva de análise geográfica a fim de compreender a delimitação espacial e as implicações percebidas no período correspondente ao distanciamento social mais rígido. O vírus da Covid-19 desvendou os problemas implícitos já conhecidos da cidade contemporânea, porém, com a explosão de infecções causadas por este inimigo invisível, a tendência que se seguiu foi o aprofundamento das desigualdades. O elemento virulento teve proporções imensuráveis nos sistemas de saúde, de educação, da economia, da cultura, enfim, nos serviços públicos de um modo geral.

A perspectiva empírica que fundamenta esta análise contou com a aplicação de 100 enquetes no Centro de Fortaleza, as quais foram elaboradas com o intuito de constituírem uma ferramenta de pesquisa quali-quantitativa voltada para extração de dados que representassem as percepções e os sentimentos dos entrevistados. A abordagem de campo foi feita entre os dias 02 e 08 de março de 2021. O trabalho empírico consistiu na coleta *in loco* desses dados, por meio da aplicação das enquetes em cinco praças históricas de Fortaleza, sendo, portanto, 20 enquetes por praças. No primeiro dia de pesquisa, fomos à Praça do Ferreira, considerada o “coração da cidade. Na manhã seguinte, aplicamos as enquetes na Praça General Tibúrcio, popularmente conhecida como Praça dos Leões. Depois foi a vez da aplicação na Praça José de Alencar. No penúltimo dia de pesquisa, aplicamos as enquetes na Praça Coração de Jesus, a qual faz circunvizinhança com a Parque da Liberdade ou Cidade das Crianças. Encerramos nosso circuito na Praça dos Mártires, ou Passeio Público, no dia 08 de março de 2021. Na ocasião, encontramos um dos bens tombados pela União inacessível em razão de tomada de decisões preventivas contra o novo coronavírus.

A seguir, na Figura 3, elencamos um mapa de localização das praças históricas que fazem parte do universo de nossa pesquisa:

Figura 3 - Mapa de localização das praças históricas da pesquisa



Fonte: acervo dos autores.



Escolhemos as referidas praças para compor nossa pesquisa amostral por serem símbolos da civilidade municipal e por serem atratores de dinâmicas e práticas socioespaciais, de ações políticas e territoriais, em suma, pontos nodais de solidariedade social, lugares onde o cidadão exerce a sua cidadania, pois como afirmam Veríssimo, Alvarez e Bittar (2001, p. 44), “uma cidade não vive sem uma praça, fundamental para o imaginário do homem urbano”. As praças, os parques e passeios são espaços públicos que têm sua relevância social, política, cultural e simbólica. Nelas, criamos laços identitários e estabelecemos relações múltiplas, temos a oportunidade de darmos sentidos e significados individuais e coletivos a partir de nossas vivências e de experiências sensíveis com a paisagem, do contato com o Outro e das interações interpessoais. As praças exprimem, em parte, as vontades e as aspirações da sociedade civil organizada, são espaços de movimento, de fruição, de profusão de formas e de conteúdos sociais, de envolvimento e de pertencimento. Para Veríssimo; Alvarez; Bittar (2001, p. 47), “a praça, portanto, surgiu como principal elemento urbana desde as primeiras aldeias, definindo o local onde seus habitantes se reuniam para a realização de todo ato comum”.

Na sequência das figuras 4 a 8, apresentamos as capturas de imagens que ilustram esses espaços públicos sob as normas restritivas dos dois decretos consecutivos, um que versou sobre a necessidade do chamado “toque de recolher”, e o outro que instituiu o *lockdown* ou distanciamento social rígido em Fortaleza. As figuras 4, 5 e 6 revelam as condições desses locais, bens e patrimônios públicos sob as condições do Decreto nº 33.955, de 26 de fevereiro de 2021, que impôs o “toque de recolher” das 20h às 5h, nos dias da semana, e das 19h às 5h, aos sábados e domingos. Este decreto teve sua validade e vigência até o dia 18 de março de 2021.

Figura 4 - A Praça do Ferreira no dia 02 de março de 2021



Fonte: acervo dos autores, 2021.

É perceptível a supressão do componente humano na paisagem em que observamos nesta imagem acima e nas demais. Constata-se o enfraquecimento da mola propulsora que dá o tônus e faz com que o espaço tenha substância. O espaço é constituído não apenas dos sistemas de engenharia, de objetos técnicos, científicos e informacionais, mas, sobretudo, é formado por relações sociais, pela ação de agentes sociais dotados de intencionalidades, muitas vezes conflitantes, cuja disputa de poder entre as classes e grupos se valem de estratégias e de discursos para fazer uso, ao seu modo, destas formas espaciais e da própria estrutura urbana.

Figura 5 - A Praça General Tibúrcio no dia 03 de março de 2021



Fonte: acervo dos autores.

As praças históricas de Fortaleza possuem um valor estético-arquitetônico imensurável, elementos artísticos, históricos e culturais no interior de sua composição espacial. A Praça General Tibúrcio (Figura 5), se destaca pelos seus mobiliários urbanos que remontam aos tempos da Fortaleza Antiga, bem como a presença de esculturas e de monumentos que carregam um forte simbolismo, como é o caso da estátua da escritora cearense Rachel de Queiroz e, próximo a esta, há a estátua do general Tibúrcio, uma figura que entrou para a história do estado por participar da Guerra do Paraguai. Outra forma espacial contida neste espaço público é a Igreja do Rosário dos Pretos, que fica ao lado da Academia Cearense de Letras (ACL). Durante os dias de distanciamento social rígido, pode-se constatar que devido à realidade permeada pela pandemia, os transeuntes evitavam parar na praça para fruir e contemplá-la, passando rapidamente por ela, fazendo dela somente um local de circulação.

Figura 6 - Praça José de Alencar no dia 04 de março de 2021, véspera de *lockdown*



Fonte: acervo dos autores.

As figuras 7 e 8 expõem paisagens de áreas públicas sob as condições da imposição do *lockdown* pelo Decreto nº 33.965, de 04 de março de 2021, determinação política que teve vigência a partir do dia 05 de março e que se estendeu até o dia 28 de março de 2021. Ao longo destes dias muitos comerciantes foram impedidos de abrirem suas lojas e de trabalharem no período de

isolamento social rígido (*lockdown*), e somente algumas atividades tidas como essenciais puderam funcionar. A Praça José de Alencar integra a lista de lugares simbólicos presentes no centro da cidade, constituindo-se em um ponto de dinamização socioespacial e cultural, onde acontecem inúmeros eventos e atividades abertas ao público, sendo a ocupação na praça vital para a manutenção e a prevalência da dimensão da vida nestes lugares. É válido ressaltar que muitas das ações que vemos na praça em questão são promovidas pelo Teatro José de Alencar, como um incentivo de se apropriar do que é público e para que mais pessoas possam se engajar e se envolver. As apresentações artísticas e culturais e toda a programação é desenvolvida pelos artistas que fazem parte do teatro. São eles que atraem atenção para o belo, para o novo, para o cômico, para o inusitado e o convida a refletir sobre a própria realidade, as atitudes e comportamentos. Eis aqui a problemática da pandemia, que inverte os valores entre o público e o privado.

Figura 7 - Praça Coração de Jesus/Parque da Liberdade em privação no *lockdown*



Fonte: acervo dos autores.

Figura 8 - Passeio Público em regime de privação no *lockdown*



Fonte: acervo dos autores.

Na Figura 7 constata-se um fraco movimento de pessoas transitando pelos lugares mencionados, a Praça do Coração de Jesus e o Parque da Liberdade. *In loco*, verificamos que, de fato, as regras e os protocolos sanitários enrijecidos foram quebrados por alguns e o terminal de ônibus situado na Praça do Coração de Jesus, apesar da frota de veículos circulando ter sido reduzida, foi um dos meios encontrados para se chegar ao centro.

A partir das imagens anteriores observa-se a pouquíssima quantidade de transeuntes nas calçadas e veículos nas vias públicas, condições estas que não são constatadas nem mesmo aos domingos ou feriados em cenário pré-pandêmico. De um modo geral, as imagens reforçam que nos dias iniciais da vigência do *lockdown* o esvaziamento e emudecimento das/nas áreas centrais prevaleceram em Fortaleza.

Na próxima sessão apresentamos a discussão dos resultados obtidos oriundos da coleta e interpretação dos dados. A pesquisa qualitativa consistiu na aplicação de uma enquete que visava, sobretudo, entender quais os principais usos e finalidades/motivações que os cidadãos tinham em mente, quais suas percepções, sentimentos e emoções ao se depararem com o estado do centro em tempos de pandemia.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi pautado por seis questões, objetivando identificar os usos, as motivações e as frequências com que os transeuntes e passantes buscavam o Centro, inferindo, desse modo, que tipos de relações e de laços afetivos, de percepção dos espaços públicos os mesmos tinham ao estar nesses ambientes, levando-os a descreverem através de suas impressões, sensações, emoções e convicções, ou seja, através dos olhares dos observadores de fenômenos e dinâmicas espaciais, a fim de compreendermos como o centro se encontrava no atual momento de pandemia e que sentimentos eram erigidos por esta nova atmosfera virulenta que incomodava, assustava e que propunha o afastamento social dentre seus habitantes. As respostas das pesquisas nos mostraram um quadro de mal-estar e de ausências gerado pelo vírus nos espaços públicos e que corrobora com o nihilismo destes mesmos lugares no presente. Atinente à representação do urbano como sendo caracterizado por um amplo gradiente de carências, Barreira (2019, p. 49-50) assinala o seguinte:

De um modo amplo, é possível demarcar as classificações e representações sobre o espaço urbano como estando caracterizado por um amplo conjunto de carências designadas pelo significante “falta”. Este associa-se não só à defasagens de oferta de bens coletivos, mas à retração de frequência no espaço público, reportando-se, ademais, aos temas da disciplina e outras formas de confinamento e segregação desenhadas na espacialidade urbana. Fala-se também da “ausência de políticas públicas ou ausência do Estado” para se referir aos bairros dotados de infraestrutura deficitária, ou a espaços citadinos considerados “abandonados e sem preservação”. São designadas também no cômputo das ausências, a perda crescente do sentido de cidadania e a sociabilidade típicas do mundo moderno, que se fazem acompanhar de outros sentimentos de isolamento espacial, solidão e medo.

A primeira indagação procurava identificar a frequência com que o indivíduo se deslocava ao centro e as opções múltiplas de escolha foram as seguintes: a) diariamente, b) semanalmente, c) mensalmente, d) esporadicamente.

Em seguida, vem a pergunta atinente aos motivos pelos quais estas pessoas se dirigiam ao centro, e entre as respostas disponíveis estavam: 1) trabalho; 2) pagar contas; 3) compras; 4) passeio; 5) outros.

A terceira solicitava que o respondente marcasse dentre as alternativas expostas as atividades, setores e lugares inerentes ao centro histórico de Fortaleza que, segundo suas percepções, foram mais atingidas pela determinação do governo, com base no Decreto nº 33.955, de 26 de fevereiro de 2021. Nesta terceira pergunta puderam assinalar um ou mais

itens, dentre esses incluíam: i) comércio; ii) lazer/recreação; iii) equipamentos culturais, patrimônios históricos urbanos e visitação a monumentos; iv) circulação de pessoas; v) instituições públicas; vi) outros.

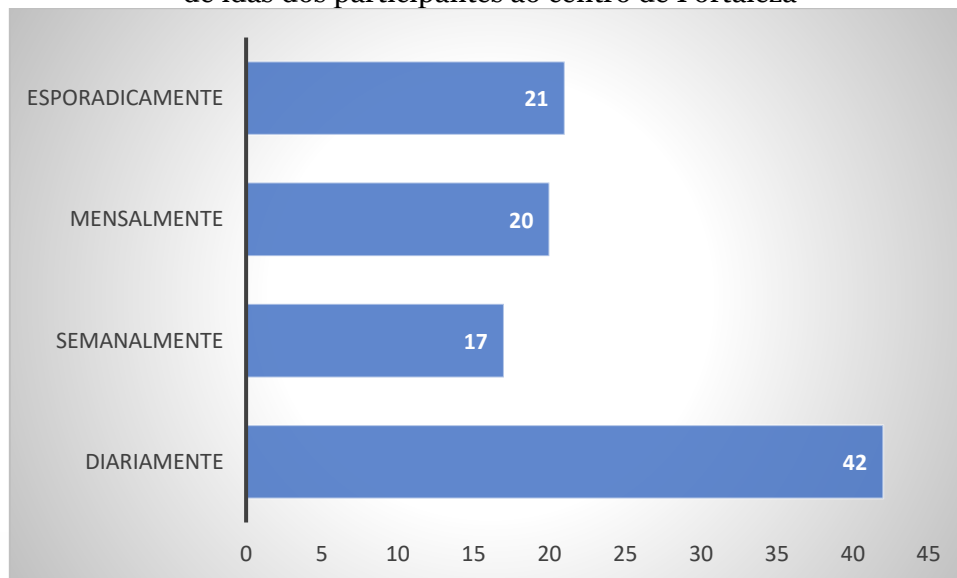
A quarta pergunta consistia em avaliar numa escala de 0 a 10 o nível de repercussão negativa e os impactos diretos do decreto estadual no centro histórico, em que de 0 a 2 corresponde a um patamar muito baixo; de 2 a 4, baixo; de 5 a 6, moderado; de 7 a 8, alto; e, por fim, de 9 a 10, muito alto.

Houve uma questão subjetiva e aberta para que participantes das enquetes se expressassem e descrevessem em poucas palavras a sensação ou o sentimento que melhor refletisse sua relação com o centro em tempos de pandemia. Esta questão buscou apreender as principais sensações, percepções ou sentimentos que são mais característicos nas pessoas que estão frequentando o centro de Fortaleza nesse período. Em função do caráter “aberto” desta pergunta, foram dados alguns exemplos em forma de respostas para que os 100 entrevistados não ficassem “perdidos”, de modo a que colaborassem com a finalidade da questão.

Por fim, a sexta pergunta, também atinente às principais sensações, percepções ou sentimentos mais característicos das/nas pessoas que estão frequentando o centro de Fortaleza, cujas respostas poderiam ser mais de uma das opções, a saber: Medo de contrair a doença a todo instante; Medo de não conseguir se manter financeiramente e ficar endividado; Insegurança sanitária mais em locais públicos, recintos fechados e no transporte coletivo; Indiferença com relação à atual pandemia (parece que a maioria não está nem aí); Não sei, procuro não observar e não tentar entender o que se passa na cabeça das outras pessoas, pois não é da minha conta.

Após a contagem dos dados quantitativos auferidos na pesquisa empírica, podemos, assim, inferir o que os números nos indicaram por meio da análise dos resultados, procurando, desse modo, expressar a realidade por meio de gráficos que traduzem a análise estatística das opiniões dos respondentes das enquetes. Estes gráficos estão dispostos a seguir, nas figuras de 9 a 22, cuja discussão dos resultados analisados as acompanha.

Figura 9 - Interação gráfica sobre o comportamento dos elementos do quesito 1 – Frequência de idas dos participantes ao centro de Fortaleza



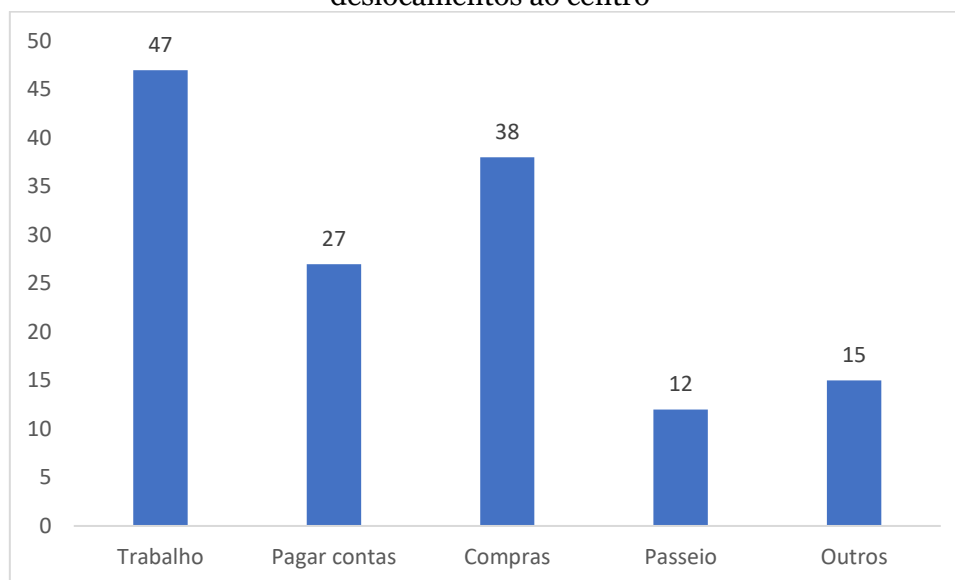
Fonte: acervo dos autores.

Esse gráfico explica, em termos quantitativos, o grau de ciclicidade com que os respondentes das enquetes frequentam e fazem uso do centro de Fortaleza para satisfazerem seus mais variados propósitos ou finalidades. Observe-se que a barra do elemento ‘diariamente’ foi a mais expressiva (42%), seguida de ‘esporadicamente’ (21%), ‘mensalmente’ (20%) e ‘semanalmente’ (17%). Esses valores declaram a cultura e a tradição permanente do

consumidor fortalezense em se deslocar para a área central da cidade para suprir suas necessidades de práticas de *footing*, de convivialidade, de consumo de bens e de serviços, de solidariedade social, de trabalho etc.

Centralizemos nossa atenção agora para o próximo gráfico que demonstra o que leva os cidadãos a se dirigirem ao centro histórico:

Figura 10 - Representação gráfica dos motivos basilares que respondem por esses deslocamentos ao centro



Fonte: acervo dos autores.

O motivo trabalho lidera dentre as opções de respostas a essa questão, devido à importância que o centro ainda possui na oferta e demanda de empregos e de mão-de-obra assalariada para ocuparem os mais diversos cargos no setor terciário da economia, mais precisamente na prestação de serviços, na produção de bens de consumo e na mercantilização desses produtos para a sociedade local. O trabalho torna-se o substrato fundamental para que as camadas sociais mais pobres tenham, mesmo que minimamente, o salário para a sua sobrevivência e re-existência. Vemos no gráfico que o trabalho foi a opção mais proeminente na segunda questão do questionário, o qual apareceu com 47 votos.

Em seguida, o fator 'compras' vem em segundo lugar, com 38 assinalações. Este dado explicita que o centro ainda agrega sua força centrípeta, fazendo convergir essa massa de consumidores que movimentam, a todo instante, os mercados diversificados ali localizados. Então, o ato de fazer compras é uma ação sobre o espaço que incorre na sua dinamização, fortalece as redes de comércio local, estimula na produção e reprodução desses segmentos de mercado, ou seja, a figura do consumidor é de vital importância para a manutenção dos inúmeros estabelecimentos e lojas que estão localizadas no centro de Fortaleza. Porém, sob os ditames da pandemia, essas empresas tiveram que fechar suas portas e pararem de funcionar presencialmente por conta das normas sanitárias de distanciamento social. As consequências mais graves foram a dissolução de estabelecimentos comerciais por asfixia de suas receitas, dispensando seus funcionários de seus cargos, incrementando, desse modo, a taxa de desempregados no município.

Em terceira posição, o pagamento de contas, com 27 marcações, assume um papel significativo na orientação desse contingente de pessoas para o centro com esse objetivo de quitar dívidas, mas essa ação orientada serve para que estes mesmos cidadãos se integrem ao ambiente, façam-se sentir, observem e percebam as paisagens à sua volta, habilitem o sentimento de alteridade, conheçam a partir de linguagens do urbano os códigos que estão presentes nos monumentos, nos prédios antigos e na própria arquitetura que é herança histórica da sociedade. Estar na paisagem implica em ter uma relação direta com ela. Os moradores do

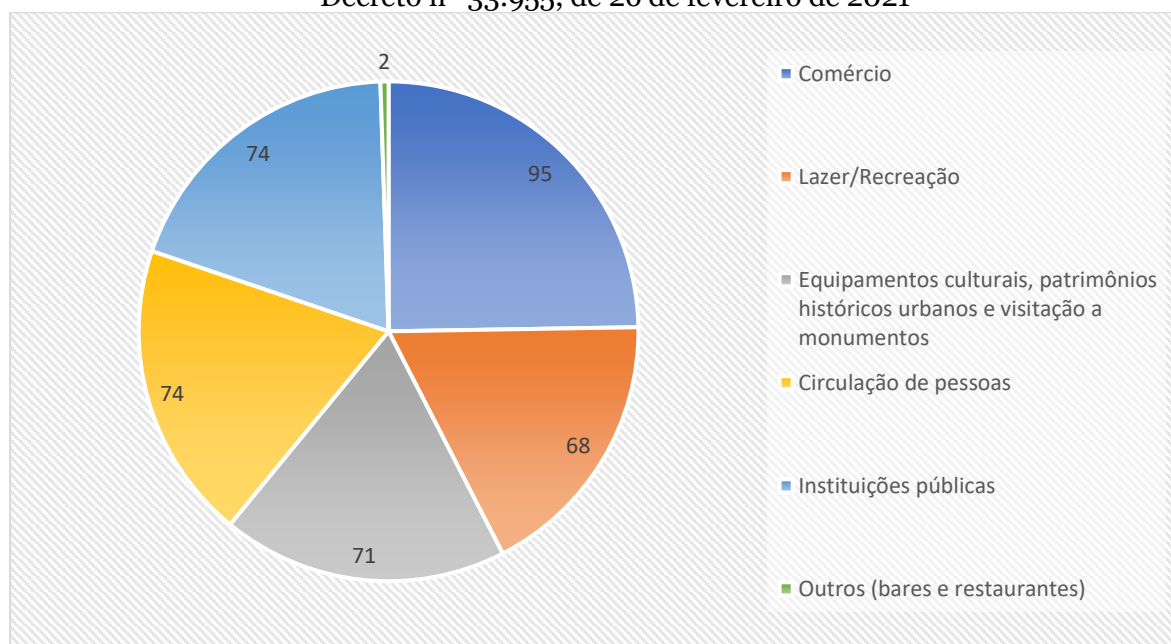
centro são os que mais se beneficiam dessa condição – de estar, de ser parte integrante, de viver, de criar vínculos afetivos, de experienciar o que esta zona urbana tem a oferecer.

Em penúltima colocação, elucidamos o termo ‘outros’ como as razões ou circunstâncias não referenciadas na questão, mas que, no nosso entender, são igualmente relevantes. Esta categoria aponta para o recebimento de benefícios, realização de consultas e exames em clínicas populares, pessoas em situação de rua etc. Pelo gráfico, foram contabilizados 15 registros nesta classe.

Não nos esqueçamos da barra de ‘Passeio’ que totalizou 12 marcações. Tendo em vista o cenário pandêmico, é de se esperar que os fortalezenses fossem impossibilitados de andar pelas ruas, de visitar equipamentos históricos, do exercício de *flânerie* e do caminhar como um *flâneur* etc.

Avançamos para a análise crítica do gráfico que ora se apresenta (Figura 11). Com base nos dados apurados pela pesquisa, o ramo comercial (95%) foi o mais impactado na pandemia, principalmente quando o governo decidiu decretar o *lockdown* ou um distanciamento social mais restritivo. Comerciantes formais e informais tiveram que respeitar as imposições e interromper suas atividades rotineiras de trabalho, vivendo apenas de auxílios provisórios do poder público e de ações cooperativas e solidárias da comunidade onde residem. Logo adiante, formas de lazer e recreação (68%) já não foram mais permitidas para evitar a incidência de novos casos de contágios pela doença que se alastrava. Os equipamentos culturais, patrimônios públicos e monumentos (71%) foram fechados, pois, em dias normais, esses lugares encontram-se movimentados. Podemos verificar que houve uma drástica redução na circulação de pessoas, um aspecto que foi bastante visível nos dias de levantamento da pesquisa *in situ*. As instituições públicas (74%), de caráter federal, estadual e/ou municipal, passaram a operar através do home office, ou seja, o atendimento ao público foi continuado, mas, virtualmente, por meio de computadores, celulares ou outras tecnologias. Essas instituições foram atingidas em parte pela pandemia, saindo de um *modus operandi* presencial para uma adaptação aos meios remotos. O subgrupo chamado de ‘outros’, em alusão aos bares e restaurantes espalhados pelo centro da cidade, demonstrou um valor residual de 2%, justamente porque tiveram suas atividades suspensas no decorrer da regulamentação dos decretos em Fortaleza.

Figura 11 - Estrutura gráfica da distribuição das atividades, setores e lugares atingidos pelo Decreto nº 33.955, de 26 de fevereiro de 2021



Fonte: acervo dos autores.

Proseguimos com nossas investigações assentadas nos resultados obtidos pela pesquisa qualitativa, dando mote para o conteúdo presente no quarto quesito que faz o escalonamento do nível de repercussão negativa do Decreto Estadual nº 33.955 no centro da cidade, onde são investidas as respectivas notas: de 0 a 2 (muito baixa), de 3 a 4 (baixa), de 5 a 6 (moderada), de 7 a 8 (alta), e de 9 a 10 (muito alta). Vale ressaltar que os elementos do enunciado são os mesmos do anterior (comércio, lazer/recreação, equipamentos culturais, patrimônios históricos urbanos e visitação a monumentos), pois a proposta visa interpretar, através da escala métrica, a avaliação da opinião pública quanto a gravitação desse problema de ordem conjuntural no cotidiano e na dinâmica urbana. De acordo com o levantamento feito, o intervalo de 9 a 10 (repercussões negativas muito altas do Decreto nº. 33.955) foi o mais preponderante em relação aos demais intervalos.

O ponto ulterior foi de caráter subjetivo e teve como mote o desejo de saber quais seriam os sentimentos e as sensações que melhor poderiam ser descritas pelos respondentes das enquetes. Esse foi um momento bastante profícuo, pois oportunizou o lugar de fala, de manifestação de seus pensamentos e de seus pontos de vista sobre o assunto. O campo reservado para a escrita na questão permitiu que eles pudessem exprimir com mais riqueza de detalhes o que os afligia, os angustiava e os indignava. As concepções foram múltiplas e as mais distintas umas das outras.

Dentre os sentimentos, emoções e sensações mais fortes e prevalentes foram de tristeza, de angústia, de decepção, de medo e de perigo, de preocupação, de abandono. Iremos compartilhar alguns relatos que mais nos chamaram a atenção pelos seus aspectos crítico-reflexivos da realidade na qual nos encontramos. Uma afirmação que o centro histórico na conjuntura da pandemia “representa mais uma perda cultural em relação a espaços públicos históricos (museus etc.), porém, necessário o fechamento decorrente a pandemia”. De um viés sócio-político, outro reitera o seguinte: “meu sentimento de negatividade em algumas atitudes tomadas pelo governo. Exemplo: fecham os estabelecimentos onde os pais de família deixam de trabalhar. Mas não tomam medidas aos ônibus lotados”. Como podemos ver, há uma pluralidade e, mesmo, uma heterogeneidade de argumentos sobre o espaço urbano no contexto pandêmico. Dando continuidade, destaquemos mais um tipo de declaração: “a cultura caiu muito. Além da pandemia, o apoio dos governantes que não tem mais. Um país sem cultura é um país sem alma. Sentimento de tristeza.” Por extenso, exporemos uma série de falas que também são dignas de nota nesse sentido: “O centro se tornou um lugar de solidão, esse isolamento reprimiu as pessoas mais pra dentro de si”; “Devido ao Decreto, isso atrapalha bastante as pessoas que se cuidam e precisam do trabalho para se manter bem na sua vida diária, enquanto outros não estão se preocupando com isso, como os políticos, que devem fazer um plano mais eficaz para não prejudicar muito as pessoas que dependem de um trabalho para sobreviver”; “Tristeza por saber que pessoas dependem disso (Centro) para levarem seu pão pra casa!”; “De tristeza, é muito triste você transitar numa cidade fechada”; “Muito difícil pois com a falta de segurança ficamos mais vulneráveis aos bandidos”; “O centro virou um cemitério, esses pobres todos precisam trabalhar pra viver, mas está tudo fechado. Acho que é um castigo mandado por Deus. Sentimento de tristeza. Situação muito constrangedora”; “O centro histórico representa parte da nossa identidade histórica e é bem desagradável ver esses pontos abandonados antes e depois da pandemia”; “Ficou praticamente fracassado, tá praticamente desaparecendo o centro histórico”; “A gente acostumado em ver o centro sempre movimentado, o sentimento que eu tenho é de abandono, porque tá tudo fechado, é uma tristeza”; “Sentimento de desamparo e insegurança, as ruas ficam muito desertas”; “ Falta de consciência do povo, porque ainda tem gente que anda sem máscara. Sentimento que vejo é o desrespeito com o próximo”.

Doravante, chegamos ao tópico final de nossa enquete que faz a estimativa das principais sensações, percepções ou sentimentos mais característicos das/nas pessoas que frequentavam o centro de Fortaleza naquele momento. Estes tinham que julgar as alternativas conforme a atribuição de valores de 1 a 4, a depender da intensidade destas emoções e sentimentos, sendo que 1 era o valor para o menos recorrente e 4, para o mais recorrente. Os envolvidos na pesquisa tiveram que preencher as lacunas com um número nesse intervalo



indicado que melhor representasse suas reações quanto: “ao medo de contrair a doença a todo instante”; “medo de não conseguir se manter financeiramente e ficar endividado”; “a insegurança sanitária mais em locais públicos, recintos fechados e no transporte coletivo”; “a indiferença com relação à atual pandemia, parece que a maioria *não está nem aí*”; e ao fato de “não querer saber e não procurar observar ou não tentar entender o que se passa na cabeça das outras pessoas, pois não é da minha conta”.

Percebemos que nos casos que vão de 1 a 4, a tendência que aponta para uma evolução ou o rebaixamento do fluxo dos dados apresentados se mantém quase que padrão, com mudanças quantitativas bem sutis entre os aspectos mais recorrentes ou menos recorrentes. Mas, ao observarmos a avaliação por parte dos respondentes da enquete na última questão, a quebra desse padrão se justifica pela concentração do maior número de preenchimentos dos entrevistados, nesse caso, no valor 2 (com 44 pontuações). No cômputo total da opção descrita “Não sei. Procuo não observar e não tentar entender o que se passa na cabeça das outras pessoas, pois não é da minha conta” - 99 pessoas responderam e uma preferiu não se manifestar.

Isso nos leva a compreender que essas pessoas se importam com o Outro, são conscientes quanto ao seu dever de conscientizar a todos sobre a importância de tomar os cuidados necessários contra a propagação do vírus. Inclusive, podemos ir além e depreender que a conscientização foi e continua sendo uma munição para novos círculos de coesão social, apesar do distanciamento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pré-pandemia, o centro de Fortaleza era cheio de vida, de cor, de sons, de rostos e de corpos que circulavam livremente sobre as ruas sempre movimentadas. A partir de março de 2020, o ano que marca o ingresso da sociedade global para o segundo decênio, o fenômeno pandêmico trouxe uma metamorfose nos processos socioespaciais. É aparente essa passagem de uma posição ativa e dinâmica nas cidades para uma passividade e um estado de inércia da presencial que inviabiliza o tônus social que antes era tão proficiente. Cidades polifônicas ao menos temporariamente se viram na condição de cidades silenciosas e silenciadas, mudas e vazias de vida, existência urbana, de presencialidade.

Presenciamos crises em diversas instâncias – política, econômica, urbana, social e cultural. É certo que a pandemia agravou e acentuou as desigualdades e as diferenças nos mais variados bairros e zonas da cidade. Agentes economicamente hegemônicos veem na fase atual caótica uma oportunidade de se replicar e se reproduzir, de tirar proveito do contexto entrópico para extrair mais lucratividade e atender à lógica financeira da acumulação. O tempo lento da pandemia é sufocado e eclipsado pelo tempo rápido da produtividade do trabalho virtual e da ganância de grandes empresários e de corporações supranacionais que lucraram com o home office dos seus colaboradores a partir da infraestrutura de seus lares.

Na tentativa de compreender a complexidade e a profundidade dos impactos da doença causada pelo novo coronavírus no século XXI, este artigo contribui com os aportes teórico-metodológicos necessários para o avanço qualitativo das pesquisas que se fazem presentes na ciência geográfica. Significativa parte da comunidade acadêmico-científica empenhou-se em decifrar essa realidade permeada pela presença do elemento virulento da Covid-19. Os sintomas dessa doença não são somente físico-biológicos e psicológicos, mas são, sobretudo, sociais, políticos e ideológicos. A dimensão do cotidiano foi seriamente abalada pelas pressões e medidas político-sanitárias. Os hábitos, costumes, práticas espaciais e até mesmo valores e crenças também se modificaram substancialmente nesse processo. A contaminação não se deu só no espaço, mas na mente e no repertório comportamental das pessoas, alterando suas rotinas e percursos sob exigências de adequações, de adaptações e de condutas reprogramadas para o “novo normal”.

O centro de Fortaleza é um espaço de constantes transformações e que testemunha momentos e processos dinâmicos de movimento frenético, de tempos de sítamento

(economia, mercados, comércios, vida cultural e cotidiana eclipsada pela pandemia), e de um centro em redenção com a reabertura gradual da sua economia.

Pelo fato da pandemia ser um fenômeno socioespacial e urbano, pesquisadores sócioespaciais, observaram e buscaram investigar sua dimensão social e espacial, levando em consideração as suas nuances, sua ação desigual nos territórios, os efeitos da dispersão da doença no rearranjo e reorganização dos espaços do trabalho, do consumo, da vida. Este mesmo fenômeno foi responsável pelo aumento da pobreza entre as camadas sociais, sobretudo as mais baixas da pirâmide social, pela permanência de acesso a os então denominados “serviços essenciais” e aos serviços de assistência médica e hospitalar pela classe dominante, em detrimento de uma maioria parca ou totalmente desamparada deste acesso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, T. A.; OLIVEIRA, A. R.; VIANA, J. L.; ALENCAR, D. P.; SALGADO, T. R.; MORAES NETO, J.; SOUZA, M. E. **Celeiros da pobreza urbana: suplementação de renda e isolamento social em ambientes metropolitanos nos tempos pandêmicos.** *Vigilância Sanitária em Debate*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 11-25, 2020.

BARREIRA, I. A. F. Convivência e espaço público em Fortaleza: desafios da “mistura” e expansão de novas áreas de lazer. **In:** BARREIRA, I. A. F.; GONÇALVES, D. N. (Orgs.). *A cidade sob o chão do espaço público.* Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

CARLOS, A. F. A. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. **In:** CARLOS, A. F. A. *et al.* *COVID-19 e a crise urbana [recurso eletrônico].* São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

CEARÁ. Lei Complementar n.278, de 23 de dezembro de 2014. Altera dispositivos da Lei Complementar n° 0176, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a organização e a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/3719/text?>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CEARÁ. **Decreto nº 33.955, de 26 de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre o isolamento social e estabelece medidas preventivas direcionadas a evitar a disseminação da Covid-19, no estado do Ceará, e dá outras providências. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, [2021]. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/DECRETO-No33.955-de-26-de-fevereiro-de-2021.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CEARÁ. **Decreto nº 33.965, de 04 de março de 2021.** Restabelece, no município de Fortaleza, a política de isolamento social rígido como medida de enfrentamento à Covid-19, e dá outras providências. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, [2021]. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/DO20210304p01.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

Incêndio atinge lojas de edifício comercial no Centro de Fortaleza. **G1 CE**, 2021. Disponível em: <http://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/03/08/incendio-atinge-lojas-de-edificio-comercial-no-centro-de-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2021.

LEMOS, A. I. G.; PIRES, A. M. As novas paisagens do centro da cidade de São Paulo no contexto da pandemia do Covid-19. **In:** LEMOS, A. I. G.; MORAES SOBRINHO, A. P. (Orgs.). *Espaços de consumo em tempos de Covid-19 [recurso eletrônico].* São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

OLIVEIRA, T. L. **Quando as doenças viram números: as estatísticas da covid-19.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

REGADAS, Anna. Obras de revitalização da Cidade da Criança e da Praça do Sagrado Coração de Jesus são iniciadas. **Câmara Municipal de Fortaleza**, 2020. Disponível em: <<https://www.cmfor.ce.gov.br/2020/06/24/obras-de-revitalizacao-da-cidade-da-crianca-e-da-praca-do-sagrado-coracao-de-jesus-sao-iniciadas/>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SANTOS, C. R. S. A Covid-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil. **In:** CARLOS, A. F. A. *et al.* COVID-19 e a crise urbana [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2020.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SILVA, S. A. As políticas públicas de enfrentamento à pandemia de covid-19 no Brasil nas áreas de saúde, habitação, saneamento básico e proteção social. **In:** Vasconcelos, D. B. *et al.* (Orgs.). **Geografia e Covid-19: reflexões e análises sobre a pandemia** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. São Paulo: EdUNESP, 2005.

VERÍSSIMO, F. S.; ALVAREZ, J. M.; BITTAR, W. S. M. **Vida urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

**Recebido em:** 20/09/2021.

**Aprovado para publicação em:** 27/12/2021.